

## ÍNDIOS E MISSIONÁRIOS NO BRASIL QUINHENTISTA: do confronto à cooperação

Por Eugénio dos Santos

A partir dos finais de Abril de 1500, os portugueses foram descobrindo progressivamente no imenso território, chamado depois Brasil, uma nova humanidade. Descreveram-na ao longo das décadas seguintes, com objectividade, simpatia, notável capacidade de observação e humanismo. Os testemunhos que até nós chegaram são múltiplos e, não raro, divergentes entre si. Não admira que homens de épocas sucessivas, de formação porventura muito diferente, de índole diversa e de actividades profissionais muito variadas, se colocassem em ópticas descritivas muito pessoais. O impressionismo de cada descrição é nota indiscutível. Porém, nos aspectos essenciais, há uma notável convergência de pontos de vista. Este encontro de humanidades, que se miravam mutuamente na diversidade, enriqueceu a civilização dos europeus e do mundo. As abordagens descritivas sobre a terra e as gentes do Brasil constituíram um rápido (e notável) acréscimo dos dados humanos e científicos anteriores, contribuindo desse modo para uma visão planetária ainda incipiente. Mas as limitações de tais contributos são evidentes também. As descrições foram essencialmente valorativas e etnocêntricas, jogando com conceitos-chave como *natureza*, *racionalidade*, *salvação*. O ângulo religião-ética-política foi o critério essencial de valorização de homens ou de grupos. E o cristianismo apresentava-se aos seus portadores europeus como a chave da vitória futura indiscutível. Os portugueses descreviam para informar e atrair outros, agiam com coragem e teimosia, sentindo-se

incumbidos de realizar uma missão escatológica, cujo ideal último era a implantação de uma nova ordem civilizacional assente no «serviço de Deus e bem do povo, que naqueles terras mora»<sup>1</sup>.

Infelizmente, a nova humanidade encontrada na América portuguesa era ágrafa. Segundo os seus observadores europeus, os Índios sul-americanos «não têm escriptura, nem caracteres, nem sabem contar, nem têm dinheiro...»<sup>2</sup>. Isso nos impede de sabermos o que pensaram eles próprios dos portugueses, estes homens estranhos, diferentes de si mesmos pelo aspecto físico, pelo vestuário e cerimonial, pela organização social a que pertenciam, pelos utensílios avançadíssimos que usavam. A sua força e poder desconcertavam esses índios primitivos, habituados à guerra, à disputa de territórios, mas que ignoravam o poder monárquico e a ambição de possuir sempre mais, para os quais a ideia de um Deus único, espiritual, exigente, ao qual eram votadas cerimónias vistosas, alfaias ricas e pessoas trajando de modo especial era completamente estranho. Além disso, os novos senhores, vindos do mar, apresentavam-se agora como donos da terra, queriam ocupar as regiões mais férteis e saudáveis, exigiam que os servissem, mesmo usando a força e sem guerra declarada, exibiam costumes e hábitos completamente diferentes.

Estas duas humanidades observaram-se cuidadosamente ao longo de décadas, mediram a sua capacidade de resistência uma à outra e, num primeiro momento, não se hostilizaram. Pelo contrário. A carta de Caminha, primeiro documento escrito por portugueses sobre o Brasil e seu verdadeiro auto de nascimento, é um reflexo do optimismo, da compreensão e da simpatia por essa gente parda, avermelhada, «de bons rostos e bons narizes, bem feitos». Nem o facto de os índios se apresentarem completamente nus, mostrando suas vergonhas, perturbou Caminha, apesar de ser indicativo de uma diferença estrutural de comportamento em relação ao papel do corpo. Para o europeu, este deveria ser coberto, disfarçado, castigado, uma vez que era o instrumento directo dos pecados contínuos. A maldição eterna vinha através dele. Para o aborígine, ao contrário, a ostentação do corpo era uma forma de comunhão directa com a natureza e de participação plena num grupo social determinado<sup>3</sup>. Nenhuma razão havia para o esconder ou cobrir,

---

<sup>1</sup> Regimento de Tomé de Sousa, de 1548.

<sup>2</sup> Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, ms. n.º CXVI (1-33), f. 43.

<sup>3</sup> Alguns grupos étnicos mantiveram (pelo menos até finais do séc. XVIII...) o ritual de consumação do matrimónio em público, sem o qual os noivos não se consideravam casados. Para os europeus esse costume era descrito como *bárbaro*.

nem mesmo as exigências climáticas extremas, conhecidas dos europeus e que a maioria deles desconhecia.

Ora este contacto de homens e culturas que iria continuar pelos séculos fora, começara de forma prudente e cautelosa. Os portugueses evitavam os afrontamentos directos, o abuso de poder, a agressividade pública; ao contrário, preferiam a colaboração, a troca directa de objectos, de informações, de serviços. Assim os iam conhecendo melhor e conquistando a sua simpatia. O regimento da nau Bretoa, de 1511, recomendava que os da terra brasílica fossem bem tratados «não se levando deles nenhum para a Europa, ainda que para isso se ofertassem». Porém, esta atitude de mútuo respeito mudaria rapidamente quando os portugueses, a partir de 1534, se dispõem a colonizar e a povoar a nova terra. Então se chocaram frontalmente interesses e se extremaram posições. Os donatários dispunham do privilégio de «cativar gentios para seu serviço», podendo mesmo mandar vender alguns em Lisboa. A escravização, juntando-se à expulsão das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, tornaram-nos inimigos do homem branco. Assim se mudava a primeira atitude de aceitação e colaboração, dando lugar ao confronto directo. A necessidade de uma mão-de-obra cada vez mais abundante e barata iria condicionar as futuras relações das etnias índias com os colonizadores portugueses, oscilando-se entre o entendimento aberto e a oposição frontal, conforme os grupos e as épocas.

Pelo direito de padroado, concedido pelo papado a Portugal, competia à coroa cristianizar as novas terras descobertas, obrigação a que fazia clara referência o texto de nomeação do primeiro governador geral, Tomé de Sousa, em 1548. Era intenção do rei trazer «os gentios e idólatras ao conhecimento de Nosso Senhor Jesus Cristo e de nossa fé católica para poderem salvar suas almas». Por isso o governador se fez acompanhar de missionários que iriam trabalhar na nova terra, agora de forma organizada e sistemática.

Muito daquilo que sabemos acerca do Brasil quinhentista se ficou a dever a estes homens, dos quais é justo destacar, nos primeiros tempos, os jesuítas. Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Luís da Grã, Fernão Cardim, Francisco Soares e tantos outros. Forneceram-nos informações insubstituíveis, relativamente ao contacto de culturas e humanidades, então postas em presença, nessa zona do globo. Muitas delas são já bem conhecidas e mereceram estudos e comentários eruditos e criteriosos. Porém, outras foram menos ou, até, nunca divulgadas e pareceu-nos, por isso, útil apresentar aqui alguns aspectos importantes destas últimas.

Na Biblioteca Pública de Évora há um famoso manuscrito cuja parte principal corre impressa sob o título: *Tratados da terra e gente do Brasil*, da autoria do jesuíta padre Fernão Cardim, sendo a sua primeira publicação

conjunta já dos finais do século XIX, mas à qual se seguiram outras edições<sup>4</sup>. Porém, nem todo o conteúdo da miscelânea, (pois é disso que se trata) foi convenientemente aproveitado<sup>5</sup>. Muitos outros elementos contém esse precioso documento, de que uma das peças é datada de 31 de Dezembro de 1583, da cidade da Baía<sup>6</sup>. Trata-se de uma *Informação da Província do Brasil para o nosso Padre*, dirigida, talvez, ao geral dos jesuítas, muito provavelmente escrita pelo próprio Cardim. Se assim for, ele redigiu-a apenas alguns meses após a sua chegada ao Brasil, onde aportara em Maio desse ano<sup>7</sup>. O texto é mais ligeiro do que os outros de que o jesuíta alentejano é autor certo e que andam impressos. Mas isso em nada prejudica o seu valor intrínseco.

Por agora deter-nos-emos apenas em alguns pontos fulcrais, os quais traduzem, a nosso ver, um evidente estado de alma do seu autor, imbuido de um optimismo quase ingénuo, face à terra e aos homens primitivos que, com seus companheiros, projectara conquistar para Deus e cujo desígnio, nessa ocasião, ainda lhe parecia fácil de atingir a curto prazo. Eis a imagem que fornece dos nativos:

*«Os índios desta província são inumeráveis pela terra adentro, de várias nações, costumes e linguagem e muitos deles são como selvagens e não se pode entender a sua língua e têm pouco remédio para a sua salvação, excepto alguns inocentes ou adultos que se baptizam in extremis e se vão ao céu. Os mais políticos entre eles são os Tupinambás, senhores da Baía e Tupiniquins e outros que se convertem, que dantes viviam pela costa do mar e todos estes são gente de muito pouca capacidade natural, ainda que para a sua salvação tenham início bastante e não são tão boçais e rudes como por aí se imagina... A sua língua é delicada, copiosa e elegante... Na pronunciação são subtis, falam baixo que parece que não se entendem e tudo ouvem e penetram ... Fazem muito caso entre si com os donos de boa língua e chamam-lhes senhores da fala e um bom língua consegue com eles quanto quer..., ouvem-no toda uma noite e às vezes também durante o dia sem dormir, nem comer para o experimentar se é bom língua... São como vermelhos de cor, de mediana estatura, a cara e os membros muito bem proporcionados. O cabelo é corredo de homens e mulheres».*

---

<sup>4</sup> Cf. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Introdução e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro, 1925, p. 8-9.

<sup>5</sup> *Cousas do Brasil* (título genérico).

<sup>6</sup> Cf. fl. 44 (Traduzido do original Castelhana).

<sup>7</sup> Era, aliás, a segunda informação sua escrita para o seu superior. Cf. fl. 44.

Eis ainda mais algumas das suas características, que causavam porventura inveja ao observador europeu:

*«São grandes pescadores e como peixes no mar e vão ao fundo e estão lá o tempo preciso para trazerem o que buscam. Nos campos e florestas andam e rompem como bichos..., tão destros que não lhes escapa passarinho que não matem e às flechadas matam os peixes na água».*

À inveja seguiam-se o exotismo e a surpresa:

*«Andam nus. São dados a vinhos que fazem a seu modo e são algo melancólicos e preferem morrer a pensar na morte por imaginação... Andam muitos dias sem comer, se não o têm, mas quando o têm não descansam até acabar e vivunt in diem sem guardar as coisas para outro».*

A nudez não escandalizava o autor da informação que se lhe refere, sem surpresa, por estas palavras:

*«Têm grande candura natural e com andar nus non verecundant, parece que representam o estado da inocência.»*

Não podia, porém, faltar um olhar sobre a sua religião ou práticas supersticiosas:

*«Não têm juramentos nem ídolos, alguns fazem feitiçarias, há entre eles aqueles a que chamam Pagê. A eles para alcançar saúde se dão presentes, consentem que lhes façam outras cerimónias, mas não acreditam neles».*

Quanto às características sociais, acrescenta:

*«Não são quesilentos, mas activos e caritativos; todos os que lhes entram em casa comem com eles sem lhes dizer nada. Não casam de ordinário até que tomem ou matem algum homem».*

Depois de se referir às pinturas do corpo e às casas grandes, de palma, em que muitos habitavam, conclui:

*«...e têm outras coisas e costumes muito notáveis que por brevidade deixo».*

Porém, o desígnio último do nosso autor era a conversão dessas almas rudes, assunto sobre o qual outros autores jesuítas já se haviam pronunciado de forma incisiva, designadamente Manuel da Nóbrega no célebre *DIÁLOGO SOBRE A CONVERSÃO DO GENTIO*, redigido em 1557 ou 1558<sup>8</sup>. Nóbrega usara uma linguagem dura, embora eivada de esperança, como estas palavras sugerem, pela boca de uma personagem:

*«Por demais é trabalhar com estes; são tão bestiais, que não lhes entra no coração cousa de Deus; estão tão incarniçados em matar e comer, que nenhuma outra bem aventurança sabem desejar; pregar a estes, é pregar em deserto a pedras».*

O interlocutor responde, em tom idêntico:

*«Uma coisa têm estes pior de todas, que quando vêm à minha tenda, com um anzol que lhes dê os converterei a todos, e com outros os tornarei a desconverter por serem inconstantes e não lhes entrar a verdadeira fé nos corações... Cristo dizia: não deis o Santo aos cães, nem deiteis as pedras preciosas aos porcos. Se alguma geração há no mundo por quem Cristo Nosso Senhor isto diga deve ser esta, porque vemos que são cães em se comerem e matarem e são porcos nos vícios e maneira de se tratarem e esta deve ser a razão por que alguns padres que do reino vieram os vejo resfriados, porque vinham cuidando de converter todo o Brasil em uma hora e vêem que não podem converter em um ano por sua rudeza e bestialidade».*

No decorrer do diálogo, porém, um dos intervenientes pergunta:

*«...Não há entre meus irmãos e Padres quem esteja da parte destes negros?»*

E o outro responde convicto:

*«Todos, porque todos os desejam converter e estão determinados de morrer na demandada...»<sup>9</sup>.*

---

<sup>8</sup> Cf. Serafim Leite — *Diálogo sobre a conversão do Gentio*. Lisboa, 1954, p. 48 e também Padre Fernão Guerreiro, *Relação anual...* págs. 373 e ss.

<sup>9</sup> Idem, págs. 55 e ss.

Esta mesma determinação manifesta-a o autor da *Informação*, de 1583, mas é muito mais benevolente e complacente para com os índios. Ao abordar a questão da sua conversão, afirma que já houvera na Baía cerca de 7.000 cristãos, enquanto agora estes não passavam dos 2.000. A razão era a morte de muitos, a fuga de outros para o sertão, por causa dos agravos que recebiam dos portugueses. Estes cativavam-nos, ferravam-nos, vendiam-nos, afastando-os de suas mulheres e filhos. Esse regresso ao sertão causava grande «*detrimento para a sua salvação e aumento da nossa santa fé*». Como agir?

Eis a sua resposta:

«*Não terá isto remédio se não vier a lei que pedimos a Sua Magestade que não sejam cativos, nem os possa ninguém ferrar, nem vender*». Várias leis, com efeito, tinham sido já publicadas a favor dos índios, como a de 20 de Março de 1570 de D. Sebastião, continuada pela Carta Régia de 1573. Mas os abusos dos portugueses continuavam e, por isso, os jesuítas pediam mais protecção real. Consegui-la-iam através de leis, como as de 1595, 1605, 1608, 1609 e outras mais.

O nosso autor fornece-nos, contudo, acerca da conversão dos índios outros dados interessantes:

«*Em todo o Brasil poderão ser baptizados desde que os padres vieram a ele mais de 100.000 pessoas e destas haverá até 20.000*».

Outros autores tinham abordado já a questão da utilidade da catequese aos índios, tanto crianças como adultos, concluindo a maioria deles pela sua pouca utilidade, desde que esses gentios não se fixassem à terra e os padres os não acompanhassem<sup>10</sup>. Este também se lhe refere, mas de uma forma tão optimista que quase poderíamos classificar de idílica. Ouçamo-lo:

«*Depois de cristãos têm algumas coisas notáveis e a primeira é que são tanquam tabula rasa para se lhes imprimir todo o bem, nem há para isso dificuldade em tirar-lhes ritos nem adoração de ídolos, porque os não tem. E os costumes depravados de matar homens e comê-los, ter muitas mulheres e embriagar-se de ordinário com os vinhos e outras [coisas] semelhantes, deixam-nos com facilidade e permanecem muito sujeitos aos nossos padres como se*

---

<sup>10</sup> Casos de Nóbrega, Anchieta, Luís de Grã, Gabriel Soares e outros.

*fossem religiosos e lhes têm amor e respeito, não movem pé nem mão sem eles; aprendem muito bem a doutrina cristã e os mistérios da nossa fé, o catecismo e aparelho para a confissão e comunhão e sabem estas coisas tão bem ou melhor do que muitos portugueses.»*

Refere-se, como é evidente, o nosso autor aos índios aldeados, de que os padres jesuítas tinham supervisão. Viviam eles em grandes casas, obedecendo a um principal, podendo agrupar-se nelas 100 ou 200 pessoas, entre maridos, mulheres e filhos. O facto de andarem nus não os impedia de serem fiéis a suas mulheres, eram modestos por natureza, andavam muito direitos, choravam de alegria... Enfim, quanto à piedade, ela também não lhes faltava, uma vez que *«ouvem missa todos os dias sem falar, estando de joelhos ou de pé, com as mãos estendidas para o céu»* e afirma ainda o autor *«são tão aficionados à Igreja e culto divino que estarão ali todo o dia. Os padres pregam-lhes nas festas principais ensinando-lhes a doutrina cristã duas vezes por dia, pela manhã, acabada a missa, em português e na sua língua e à tarde, acabados os seus serviços, o diálogo da fé e o aparelho da comunhão e confissão e todos os rapazes e casados, mulheres e meninas respondem às perguntas com grande candura. Os meninos dos índios aprendem com os nossos padres a ler, a escrever e a contar e falar português e tudo captam muito bem»*.

Porém, mais adiante, o mesmo autor escreveu também acerca *«dos impedimentos para a conversão dos brasis e depois de convertidos para o aproveitamento nos costumes e vida cristã.»* Esses impedimentos podem resumir-se a quatro, a saber: a antropofagia que a maioria deles pratica, a poligamia de que os mais poderosos usam sem qualquer limitação, os vinhos em que são muito contínuos e a sua errância constante ou contínua mudança de lugar, geralmente à procura de mantimentos novos. Mas, acrescenta ele, *«todos estes impedimentos são muito fáceis de se lhes tirar»* e, se os não hostilizarmos, cometem muito menos pecados que os portugueses. Aliás, destes procedem os maiores impedimentos, porque não cuidam de os instruir na religião, de os enviar ou, pelo menos, permitir que vão à missa e confissão. E o pior é o escândalo que deles recebem. *«Os que mais padecem, escreve ainda o autor, são os pobres escravos e mais índios livres que estão em poder dos portugueses que não podem ser muitas vezes doutrinados dos padres e assim o maior mal que se fez aos índios da doutrina que vão ajudar os portugueses em suas fazendas é que alguns lhes dão as escravas para com isso os prender mais tempo»*.

Como se vê, chocavam-se frontalmente muitos interesses e práticas



dos europeus idos para o Brasil com as exigências da missionação. Por isso mesmo se compreendem as razões pelas quais, sobretudo os jesuítas, passaram a fazer uma defesa cerrada dos direitos dos índios, face à cupidez dos fazendeiros, que os procuravam escravizar. Manuel da Nóbrega pode bem ser, mais uma vez, considerado um símbolo dessa luta, logo por meados do século XVI. Mas muitos outros lhe seguiram o exemplo, como o autor que aqui vimos evocando. Eis uma das razões pelas quais a cooperação entre missionários e índios se tornou uma constante ao longo dos séculos. Ela foi logo desencadeada a partir da segunda metade de quinhentos, embora os próprios jesuítas não sejam completamente isentos, quanto à questão da escravização do índio. Toda a atenção era votada às crianças sobre as quais se exercia uma acção de catequese intensiva. Os adultos só eram baptizados em casos extremos ou após uma doutrinação longa e se dessem mostras de um mínimo de interesse e afeição à doutrina dos padres, os quais, aliás, também exercitavam missões volantes, servindo-se, na maioria dos casos, de línguas acompanhantes. Nestas acções aculturadoras os missionários procuravam convencer os aborígenes a cobrirem o seu corpo, a não guerrear senão em legítima defesa, a não recorrer a feiticeiros, a nunca mais comerem carne humana, a não errarem constantemente de terra em terra, a não terem mais do que uma mulher...

Estas missões itinerantes deparavam, frequentemente, com intrincados casos de consciência que deveriam ser resolvidos em função da teologia, da ética e da moral e aos quais era necessário responder, de imediato, exigindo, portanto, um cabedal de conhecimentos e segurança jurídica notável da parte dos padres. E algumas dessas questões, então ventiladas, nós conhecemo-las e são reveladoras da cultura de outrora.

Uma delas, muito focada ao longo dos séculos, foi a questão da validade ou não dos casamentos dos índios, seja pela lei da natureza, seja pela lei da graça, isto é, face à Igreja. A espantosa facilidade com que índios, novos ou velhos, sobretudo chefes, tomavam sempre novas mulheres espantava os padres, que não sentiam, na comunidade aborígene, apoio para as suas diligências monogâmicas. Por isso descreviam minuciosamente os hábitos dos nativos na tentativa de lhes perceber as motivações últimas. Como o casamento implica consentimento mútuo dos cônjugues, alguns jesuítas eram de opinião de que se um casal vivesse há vários anos em comunhão e tivesse filhos adultos, continuando juntos, se ambos tivessem mais de trinta anos, *«então pode ser matrimônio, porque a firmeza do consenso destes é terem filhos e não mancebinhos, senão homens feitos de boa idade, porque até então não têm consentimento firme, como é necessário para o casamento. E este é o costume»*. Esta era a opinião do padre Francisco Pinto.

Porém, continua ele «alguns destes mancebos agora quando se convertem não querem de nenhuma maneira casar com aquela moça que tomaram por namorada... dizendo que não a tinham por mulher, senão por amiga, etc., que antes se hão-de ir por aí além». O que afligia o padre era o escândalo das suas decisões, porque os índios nunca perceberam perfeitamente a diferença entre o seu casamento, pela lei da natureza e aquele que os padres diziam ser obra da lei da graça. O constrangimento fornecia, em geral, péssimos resultados. E os padres sabiam-no bem. Rematava, por isso, o dito padre Pinto: «E agora estão assim quando se convertem. Como se pode tornar a desfazer esta meada sem grande escândalo, principalmente alegando eles [os índios] que aquele é o seu costume?» Problema intrincadíssimo, especialmente no caso dos índios honrados, que tinham muitas mulheres como suas.

Assim, o que é necessário para que os casamentos dos gentios fossem considerados válidos? Eis algumas respostas, sugeridas pelos canonistas:

— «Não é necessário que o que se casa tenha intenção de fazer sempre vida com sua mulher e mesmo que tenha intenção de não a fazer, não deixa por isso de ser válido o matrimónio.

— Não é necessário que tenha intenção de não quebrar a fé ou de não a adular..., não deixa por isso de ser válido o casamento.

— Não é necessário não ter intenção de casar com outras pessoas e mesmo que tivesse a tal intenção, nem por isso deixava de valer».

*Esta é a opinião comum de teólogos e canonistas».*

Como se vê, os missionários tiveram que ceder, em muitos aspectos, aos hábitos locais. Estes pareceres citados são explícitos e surgem como uma forma clara da estreita cooperação entre os missionários e os índios.

Mas nessas missões muitas outras dúvidas surgiram e para elas eram necessárias respostas imediatas. Eis quatro delas, escolhidas de entre mais de duas dezenas:

— «Se se poderá dispensar a um mameluco e índia, que depois de casados se achou que houve relação íntima dele com uma irmã dela antes do casamento?

Resposta: *Sim, com dispensa dos superiores e sem escândalo.*

— «Se depois que estão no mar [i.é, na costa] não querem

*casar um com o outro e têm já cada um outro com quem estão amancebados: que remédio se lhes dará?*

Resposta: *Que os casem se se querem converter à nossa santa fé, pois consta que entre estes gentios raramente há casamentos na lei da natureza.*

— *«Se se poderão casar dois forros que tem um homem em casa, ainda que o senhor não deu o consentimento a isso?»*

Resposta: *Afirmativa.*

— *«Sabendo-se pela confissão que estão dois escravos amancebados e que se o senhor o souber os açoutará querendo eles casar: se se [deve] falar ao senhor com licença deles se quer que se casem?»*

Resposta: *Afirmativa».*

O nosso manuscrito não termina, porém, com esta matéria controversa. Aborda ainda questões muito específicas que se puseram aos missionários do Brasil quinhentista. Assim, o padre Tolosa exarou um muito interessante parecer sobre o baptismo dos índios, recém-nascidos, jovens, adultos, são e doentes, aldeados ou morando no sertão. Mas outros interessantes pareceres aí estão também transcritos, como:

— *«Que doutrina são os senhores obrigados a dar a seus escravos»;*

— *«Que são obrigados a fazer os senhores de engenho que têm amancebados»;*

— *«Que cousas são obrigados a saber os adultos que se hão-de baptizar»;*

— *«Cousas que se devem ensinar à gente que tem capacidade antes de ser baptizada»;*

— *«Como se poderá saber se receberam o verdadeiro baptismo os gentios do Brasil e os que vêm da Guiné que foram baptizados sem nenhuma instrução e sem lhes explicar o que haviam de crer e o que haviam de obrar».*

O labor dos missionários no Brasil revestiu-se de enormes exigências. E uma das mais notórias era conhecer bem o homem aborígene, captar-lhe a simpatia para conseguir da parte dele a adopção dos valores

européus essenciais, transmitir-lhe a mensagem cristã, dignificando-o e defendendo-o dos abusos dos colonos portugueses, ávidos de mão-de-obra para os seus empreendimentos. O primeiro confronto com alguns costumes «bárbaros» dos índios não impediu os missionários de quinhentos de cooperarem com eles, mesmo que isso os tornasse mal aceites pelos colonos, como tantas vezes sucedeu...